



Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Relatório de Atividades - ano 2015

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO
NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS
REPETITIVOS**

ANO DE REFERÊNCIA: 2015



SUMÁRIO

1. Apresentação	2
2. O NURER do TJPR	3
2.1 Composição.....	3
2.2 Novas instalações.....	3
2.3 Equipamentos de informática.....	3
2.4 Desenvolvimento de sistema de monitoramento.....	4
3. Atividades Desenvolvidas	4
3.1 Resgate dos Processos da Apadeco	5
3.2 Novo CPC e seus efeitos no TJPR	6
3.2.1 Comissão de Avaliação do impacto do novo CPC	6
3.2.2 Estrutura do NURER em função do novo CPC	6
3.3 Repaginação do Boletim Informativo do NURER.....	7
3.4 Parceria entre a 1º VP e CGJ	8
3.5 Unificação dos arquivos de processos sobrestados	9
3.6 Reunião Preparatória Meta 7 - CNJ	9
3.7 Processos baixados ao 1º Grau indevidamente	10
3.8 Sugestão de encaminhamento de amostragem do tema.....	10
3.9 Contato com outros Tribunais.....	11
3.10 Relatórios	11
3.10.1 Relatórios trimestrais.....	11
3.10.2 Relatórios da Meta 7 – CNJ	12
3.11 Assessoramento.....	12
3.12 Acompanhamento dos <i>leading cases</i>	13
3.13 Alimentação da página do NURER.....	13
4. Perspectivas para 2016	14
5. Conclusão	17



1. APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – NURER - é fruto das mudanças que estão ocorrendo no novo Poder Judiciário, para dar efetividade à Resolução nº 160, de 19 de outubro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça (anexo II). Foi instituído no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por meio da Resolução nº 84, de 25 de março de 2013, modificada pela Resolução 136/2015, em 23 de fevereiro desse de 2015, passando a ter direta e funcionalmente vinculação à 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná.

O NURER tem por objetivo monitorar e gerenciar processos submetidos à sistemática da repercussão geral e/ou dos recursos repetitivos, contribuindo para a uniformização de procedimentos, melhoria na gestão do trâmite de processos neste Tribunal e redução no número excessivo de demandas dirigidas às Cortes Superiores. Também orienta e subsidia a identificação de lides que possam ser julgadas na sistemática dos recursos repetitivos, bem como a seleção, pelo órgão competente, de processos representativos da controvérsia. Igualmente, tem a função de manter e disponibilizar dados atualizados sobre os recursos sobrestados, identificando o acervo a partir do tema e do recurso paradigma, além de auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado.

Em 2015 ficou responsável pelas respostas relativas à Meta 7 estabelecida no Glossário do CNJ que trata do monitoramento da tramitação dos processos afetados pelos institutos da repercussão geral e recursos repetitivos, com vistas a possibilitar o gerenciamento das pautas de julgamento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Responsável ainda, pela elaboração e encaminhamento, trimestralmente, ao Conselho Nacional de Justiça, ao



Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, relatório quantitativo dos recursos sobrestados no Tribunal e daqueles sobrestados nas Turmas e Colégios Recursais e nos Juízos de Execução Fiscal.

Por fim, cabe ao NURER prestar assessoria e informações à cúpula diretiva do Poder Judiciário no que diz respeito aos institutos da repercussão geral e recursos repetitivos.

2. O NURER DO TJPR

2.1 COMPOSIÇÃO

O NURER foi instalado neste Tribunal em 23 de abril de 2013 e, em 2015 a equipe funcional foi reforçada com novos servidores, o que possibilitou a oxigenação das ideias e procedimentos. Conta com dois assessores jurídicos; Luiz Gabriel Esmanhoto Alves- Supervisor do Núcleo e Hugo Leonardo Callender, dois Bacharéis em Direito; Camila Feltrin da Silva e Pedro Augusto Zaniolo e os Bacharéis em Administração: Murilo Lima Pimentel Machado e Clovis Mario de Lara e ainda, conta com um estagiário de pós-graduação Marcos Vinicius Lemos.

2.2 NOVAS INSTALAÇÕES

Em março de 2015 deixou de ocupar as instalações na Esplanada do Prédio Anexo em virtude das obras no Palácio da Justiça, vindo a ser instalado no 2º andar do prédio da Rua Lysimaco Ferreira da Costa, nº 355. Espaço físico adequado às suas necessidades contendo com 3 salas devidamente mobiliadas e equipadas.

2.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

No mês de Julho os equipamentos de informática do NURER foram atualizados, com recebimento de microcomputadores mais



modernos e o segundo monitor que facilita a análise de processos e relatórios.

2.4 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO

Em face da cessação de suporte técnico ao JudWin, inviabilizando o desenvolvimento de novas ferramentas, iniciamos a montagem de uma base de dados em planilha Excel para viabilizar monitoramento mais acurado dos processos sobrestados, elencando os leading cases do STJ e do STF, separados por temas, exibindo os correlatos leading cases, a situação (se o processo já foi baixado para o 1º Grau ou ainda se encontra sobrestado) e a(s) data(s) de afetação ao(s) leading case(s). Tal proposta tem nos proporcionado, por intermédio de atualizações periódicas, maior segurança nas informações relativas aos processos sobrestados, de vez que, com base unicamente no sistema de informações JudWin, colhemos informações repetidas e desatualizadas, o que pode ser facilmente verificado caso confrontarmos os relatórios fornecidos por tema e por leading case.

3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Como já mencionado, 2013 foi o ano de instalação do NURER neste Tribunal de Justiça e, desde então, a equipe do Núcleo tem trabalhado incansavelmente para dar vida à Resolução nº 84/2013 do TJPR, modificada pela Resolução 136/2015, bem como para concretizar os trabalhos previstos na Resolução nº 160/2013 do CNJ.

Tal trabalho teve continuidade durante o ano de 2015 com a realização de pesquisas legislativas, jurisprudenciais, doutrinárias e de notícias, tendo em vista a necessidade de discutir e aprimorar os conhecimentos acerca dos novéis institutos da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos. Os trabalhos foram desenvolvidos sob a



imprescindível coordenação do Excelentíssimo Desembargador Renato Braga Bettega, 1º Vice-presidente, contando também com o apoio dos Juízes Auxiliares Rogério Etzel e Luciano Campos de Albuquerque.

Pode-se dizer que a palavra-chave para descrever as atividades desenvolvidas pelo Núcleo é integração, visto que a realização dos trabalhos propostos depende de contato permanente com vários órgãos deste e de outros Tribunais. Assim, mister destacar e agradecer à cooperação dos diversos setores envolvidos, quais sejam: Presidência do TJPR; Assessoria de Recursos do Gabinete da Presidência; Assessoria de Imprensa; Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores e Divisão de Distribuição, ambas do Departamento Judiciário; Assessoria das Turmas Recursais dos Juizados Especiais; Corregedoria Geral de Justiça; Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação; Centro de Transportes deste Tribunal; Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados; Departamento de Engenharia; e Centro de Protocolo Judiciário.

A seguir, passa-se a elencar e descrever as atividades desenvolvidas pelo NURER durante o ano de 2015.

3.1 RESGATE DOS PROCESSOS DA APADECO

O NURER participou da constituição de força-tarefa em conjunto com a Assessoria de Recursos da Presidência para a promoção do resgate dos processos sobrestados para o exame e impulso os recursos especiais interpostos pelos poupadores nos autos de cumprimento de sentença da ação civil pública proposta pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor – APADECO. Tais recursos haviam sido sobrestados, neste Tribunal, desde a afetação do REsp 1.273.643/PR pelo Superior Tribunal de Justiça, em 21.09.2011. Em 13.08.2014,



transitou em julgado o acórdão proferido pela Segunda Seção do STJ no referido paradigma.

Foram 4.647 recursos recebidos e despachados, em sessenta dias úteis de trabalho.

3.2 NOVO CPC E SEUS EFEITOS NO TJPR

3.2.1 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO NOVO CPC

O novo Código de Processo Civil (CPC), sancionado e publicado no Diário Oficial da União de 17/03/2015), trouxe modificações importantes no rito das Demandas Repetitivas, nesta esteira a 1º Vice-Presidência indicou a servidora do NURER Camila Feltrin da Silva para participar da Comissão de Avaliação do Impacto do Novo CPC, que sob a presidência do Desembargador Clayton Maranhão desenvolveram o relatório apresentando soluções à Cúpula Administrativa para o enfrentamento das novas questões trazidas pelo novo CPC que terão reflexos no primeiro e no segundo grau de jurisdição.

3.2.2 ESTRUTURA DO NURER EM FUNÇÃO DO NOVO CPC

Nos trabalhos da Comissão foi constatada a necessidade de reestruturar o Núcleo, desta forma, foi aprovada a proposta de reestruturação, com o objetivo de melhorar as atividades desenvolvidas, incluindo a criação de funções e competências, reorganização de tarefas e atribuições em setores. Esta proposta foi apresentada pelo Desembargador Clayton Maranhão ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos ao término dos trabalhos da Comissão.



3.3 REPAGINAÇÃO DO BOLETIM INFORMATIVO DO NURER

Procurando atender a determinação do 1º Vice-presidente, Desembargador Renato Braga Bettega, a equipe NURER procurou novas ferramentas de edição do Boletim Informativo, acrescentando todas as informações necessárias relativas a novos temas Repetitivos do STJ, novos temas com Repercussão Geral – STF, tabela de temas de Repercussão Geral com trânsito em julgado STF, tabela de Recursos Repetitivos transitados em julgado do STJ e demais notícias das Cortes Superiores.

Foi dada continuidade ao trabalho de comunicação, inserindo no sitio do TJPR informativos sobre o mundo jurídico, com as informações mais importantes em circulação em especial, decisões do Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Paraná.

A partir do mês de junho foram realizadas as alterações e foram aprovadas pela 1ª VP, passando a ser remetido pelo Desembargador Renato Braga Bettega, pelo Sistema Mensageiro, a todos Magistrados e Servidores dos dois graus de Jurisdição.

O intuito é também repassar ao Magistrado de primeiro grau de jurisdição as informações de demandas repetitivas e de massa, pois com a vigência do novo CPC, estes também poderão sobrestar processos nesse grau de jurisdição.



The image displays six screenshots from a website, arranged in a 2x3 grid. The top-left screenshot shows a header with the NURER logo and a list of services. The top-middle screenshot is a table with columns for 'Data', 'Descrição', 'Valor', and 'Status', containing various entries. The top-right screenshot features a photograph of a group of people in a meeting, with text above and below it. The bottom-left screenshot contains a large block of text with a small photograph of a meeting. The bottom-middle screenshot is a text document with a blue header and several paragraphs. The bottom-right screenshot is another text document with a blue header and multiple paragraphs.

3.4 PARCERIA ENTRE A 1ª VICE-PRESIDÊNCIA E A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Foi estabelecida parceria entre a 1ª Vice-Presidência e a Corregedoria Geral da Justiça visando a alteração do Sistema Projudi, para permitir a vinculação dos temas repetitivos do STJ e STF e leading cases no 1º grau de jurisdição, conforme dispõe o Novo Código de Processo Civil.



3.5 UNIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS DE PROCESSOS SOBRESTADOS

No intuito de melhorar a guarda e o resgate dos processos sobrestados com fulcro nos arts. 543-B e 543-C, o NURER elaborou estudo visando a unificação dos arquivos dos processos arquivados no Subsolo S3 da Sede Mauá, devendo todos serem centralizados no Barracão de Pinhais, o que possibilitaria uma melhor rotina de trabalho na quantificação de processos sobrestados, identificação e monitoramento do resgate, melhorando desta forma a gestão do acervo de recursos sobrestados. Esta unificação está em fase de implantação aguardando pequenas adaptações no espaço físico do barracão de Pinhais.

3.6 REUNIÃO PREPARATÓRIA META 7 – CNJ

Com a vinculação do NURER à 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná em fevereiro de 2015, foram iniciados os trabalhos de verificação da Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2015. Reuniões preparatórias com a participação do 1º Vice-Presidente, Desembargador Renato Braga Bettega, do Juiz Auxiliar Doutor Rogério Etzel, da Assessora Jurídica da 1º VP Estefania Guidali Pilati e dos membros da equipe NURER que apresentaram propostas para atingimento da meta 7. Foram debatidas as questões do Glossário de Metas do CNJ, bem como para traçar estratégia visando dar atendimento aos requisitos propostos na referida meta.



3.7 PROCESSOS BAIXADOS AO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO INDEVIDAMENTE

Foram detectados processos baixados indevidamente ao 1º grau, antes do trânsito em julgado de todos os recursos, o que gerou uma listagem e solicitação do 1º Vice-Presidente a todos Magistrados que receberam estes processos em suas unidades, pedindo o retorno dos mesmos para aguardar o julgamento dos demais recursos.

3.8 SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO DE AMOSTRAGEM DO TEMA

Em reunião solicitada pelo NURER, na 1ª Vice-Presidência com a participação do Desembargador Renato Braga Bettega, do Juiz Auxiliar Doutor Rogério Etzel, da Assessora Jurídica da 1º VP Estefania Guidali Pilati, com a presença dos membros da Assessoria de Recursos e do NURER, foi apresentada a sugestão de encaminhamento de amostragem do tema dano ambiental – poluidor indireto – nexa causal – navio Vicuña.

Resumo - Navio Vicuña

15 de novembro de 2004 – O navio chileno Vicuña explode e mata dois tripulantes, despejando 291 mil litros de metanol, óleo diesel e óleo lubrificante na Baía de Paranaguá, que impediram a pesca por dois meses. Foram atingidas quatro unidades de conservação: Parque Nacional do Superagui, Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Parque Estadual da Ilha do Mel e Estação Ecológica da Ilha do Mel. O óleo chegou ainda à Ilha da Cotinga e à Guaraqueçaba.

Nos dias seguintes cerca de quatro milhões de litros de óleo bunker cobriram boa parte das baías e praias dos municípios de Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná.

Sociedad Naviera Ultragas, proprietária da embarcação,
Cattalini Terminais Marítimos, responsável pelo desembarque, dona do terminal;

Wilson Sons, contratada como agência marítima;

P&I, representada por Eduardo C. Kulmann Júnior e Cia. Ltda., seguradora.



3.9 CONTATO COM OUTROS TRIBUNAIS

O Núcleo manteve contato permanente com STF, STJ, CNJ e Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos das outras unidades da Federação, visando à troca de informações procedimentais como o momento adequado para o resgate dos processos sobrestados. A comunicação é feita por meio dos fóruns do STF e do STJ, por telefone e por *e-mail*.

3.10 RELATÓRIOS

3.10.1 TRIMESTRAIS

Encaminhamento dos relatórios trimestrais por *leading case* referente ao exercício de 2015 para o CNJ, nos quais foram apurados os seguintes quantitativos acerca dos processos sobrestados:

- a) Janeiro, Fevereiro e Março – 7.469 recursos extraordinários, 31.215 recursos especiais e 18.357 recursos sobrestados nas Turmas Recursais;
- b) Abril, Maio e Junho: 7.753 recursos extraordinários, 37.671 recursos especiais e 14.043 recursos sobrestados nas Turmas Recursais;
- c) Julho, Agosto e Setembro: 8.716 recursos extraordinários, 37.277 recursos especiais e 11.031 recursos sobrestados nas Turmas Recursais.



d) Outubro, Novembro e Dezembro: 8.384 recursos extraordinários, 39.642 recursos especiais e 10.918 recursos sobrestados nas Turmas Recursais.

- ❖ os relatórios trimestrais estão gravados em CD que segue anexado ao presente relatório.

3.11.2 META 7 - CNJ

Foram apresentados os relatórios trimestrais ao CNJ relativos à Meta 7, com as projeções por trimestre conforme quadro a seguir:



3.11 ASSESSORAMENTO

Foi prestado apoio aos Magistrados, servidores da Assessoria de Recursos da Presidência, assessores de gabinete e advogados, relativamente aos institutos da Repercussão Geral e Recursos Repetitivos.



3.12 ACOMPANHAMENTO DOS *LEADING CASES*

O NURER continuou recebendo as comunicações do STJ acerca dos recursos representativos da controvérsia feitas por meio de telegrama, sistema *push*, malote digital e consultas ao sítio eletrônico. No que concerne às informações do STF, o acompanhamento foi feito exclusivamente através do sistema *push* e por meio de consultas ao sítio eletrônico.

A partir das informações obtidas (temas afetados, publicação de decisão, desafetação, cancelamento de tema, interposição de recursos, trânsito em julgado das decisões etc.) a equipe do Núcleo inseriu os dados pertinentes no sistema JUDWIN, propiciando assim, maior controle sobre trâmite dos processos submetidos à sistemática. Além disso, as mesmas informações foram repassadas aos setores envolvidos, promovendo a adequada gestão das demandas repetitivas.

3.13 ALIMENTAÇÃO DA PÁGINA DO NURER

Um dos principais meios de comunicação do Núcleo com servidores, advogados e sociedade em geral é a página do NURER. Através dela são disseminadas informações e documentos pertinentes à sistemática da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos.

PERSPECTIVAS PARA 2016

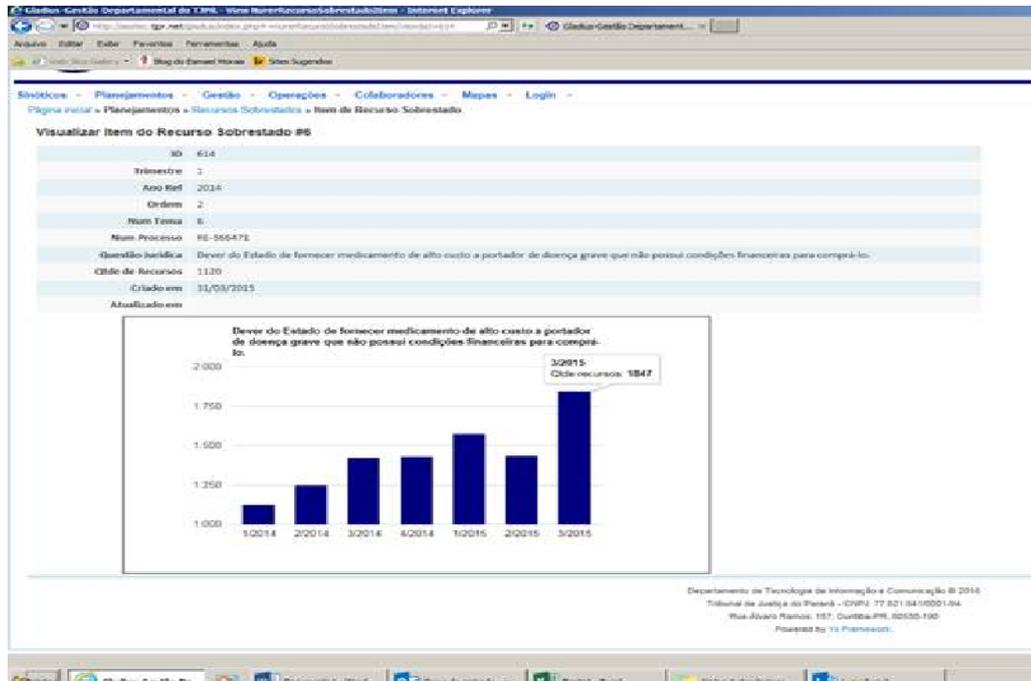


No ano de 2016 a equipe do NURER dará continuidade aos trabalhos desenvolvidos durante o primeiro ano de sua instalação, buscando sempre aprimorar seu *modus operandi*. Abaixo, elencamos alguns objetivos traçados para o próximo ano:

- Impulsionar projeto e implantar estrutura do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos;
- Priorizar o resgate, mensalmente, dos 50 (cinquenta) processos sobrestados mais antigos;
- Construção de linha do tempo, princípio da razoável duração do processo, em observância aos novos indicadores estipulados para Meta 7;
- Implantação da célula de digitalização no barracão de Pinhais;
- Parceria com escritório de projetos da Assessoria de Planejamento, ESEJE, NEMOC e NURER, na divulgação dos temas repetitivos na estrutura do sistema PROJUDI em 1º grau de jurisdição;
- Conferir prioridade ao resgate dos processos sobrestados mais antigos em ordem cronológica que tenha por referência a data de trânsito em julgado da decisão paradigmática;
- Retomada da seleção de recursos a fim de formar amostragens sobre controvérsias, conforme previsão dos artigos 543-A e 543-C do Código de Processo Civil;



- Divulgação do sistema Gladius de monitoramento dos processos sobrestados e resgatados nos sistemas processuais, além de disponibilização de relatórios gráficos individualizados.



- Apuração dos dados referentes ao sobrestamento, decorrente dos institutos da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos, de processos que tramitam em 2º grau de jurisdição, perante as Câmaras do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- Apuração de dados referentes ao sobrestamento de processos nos Juízos de Execução Fiscal;
- Apuração dos dados referentes ao sobrestamento, decorrente dos institutos da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos, de processos que tramitam ainda no 1º grau de jurisdição, por meio de integração com a Corregedoria;



- Dar continuidade com a integração com a Corregedoria com o intuito de preparar ferramentas confiáveis de identificação e gerenciamento de processos sobrestados para o sistema PROJUDI.
- Elaboração e encaminhamento semestral da Compilação atualizada de Julgados de Recursos Repetitivos e com Repercussão Geral;
- Elaboração e encaminhamento mensal do boletim informativo que contém as controvérsias afetadas ou com repercussão geral reconhecida;
- Elaboração e encaminhamento trimestral dos Relatórios quantitativos de processos sobrestados ao CNJ, STF, STJ online, que conterão informações e dados relativos ao Juízo de Execução Fiscal;
- Manter atualizada a página do NURER;
- Orientar e prestar esclarecimentos sobre os institutos da Repercussão Geral e Recursos Repetitivos aos magistrados, assessores e advogados
- Manter contato com os NURERs dos demais Tribunais da Federação para trocar informações e experiências;



- Aprimorar a página do NURER no sítio eletrônico do TJ/PR com o intuito de facilitar o acesso à informação lá disponibilizada.

CONCLUSÃO

Concluindo o presente Relatório Anual de Atividades deste NURER, vale registrar que o ano de 2015 foi bastante movimentado e o Núcleo conseguiu grandes avanços, porém ainda há muito por ser trabalhado.

Sempre buscando contribuir para uma melhor prestação jurisdicional, o NURER tem buscado a excelência da gestão da informação o que poderá viabilizar um *Selo Justiça em Números* para o Tribunal de Justiça do Paraná. Para tanto, foi imprescindível o apoio do Excelentíssimo 1º Vice-Presidente, Desembargador Renato Braga Bettega, a quem dedicamos nosso especial agradecimento.

Dezembro de 2015.

Equipe do NURER

Luiz Gabriel Esmanhoto Alves (Supervisor)

Hugo Leonardo Callender

Camila Feltrin da Silva

Marcos Vinícius Lemos

Murilo Lima Pimentel Machado

Pedro Augusto Zaniolo

Clovis Mario de Lara